

ICMBio

Edição 528 Ano 11 – 16 de agosto de 2019

em

Iniciativa prospecta mercados
para o pirarucu manejado

Resex Mestre Lucindo realiza levantamento de famílias

Halysson Silva



Voluntários atuaram no levantamento de famílias

A Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo (PA) realizou, nos meses de junho e julho, o levantamento das famílias usuárias dos recursos protegidos pela unidade de conservação. Esta é uma etapa inicial prevista na Instrução Normativa nº 35/2013, que dispõe sobre a elaboração do perfil da família beneficiária das reservas extrativistas.

Com o levantamento, o ICMBio e o conselho deliberativo da UC poderão definir o perfil das famílias beneficiárias, que será a base para elaboração da relação de beneficiários aptos à aplicação de políticas públicas que visam, por exemplo, o fomento de produção e moradia. Para Lidia Ferreira Martins, chefe da Resex, estas políticas públicas, quando balizadas pelas normas conjuntas do futuro acordo de gestão, podem diminuir a pressão humana sobre recursos naturais protegidos, focando esforços na estruturação de cadeias produtivas sustentáveis de recursos que foram a causa da criação da Resex, como caranguejo, pescado e mariscos.

“Depois da criação do conselho deliberativo, o levantamento é a ação mais importante de uma Resex, com o reconhecimento e delimitação dos que dela vivem e dependem para seu sustento”, salientou Lidia.

VOLUNTARIADO

Para a execução do levantamento das famílias, a Resex contou com 18 voluntários que aderiram ao programa instituído pela UC em 2018. Eles visitaram, por terra e por água, cerca de 32 comunidades dos oito polos da unidade. Foram aplicados questionários com o uso de tablets, cujos dados alimentam o Sis-família, sistema que armazena informações de famílias beneficiárias de todas as UCs de Uso Sustentável que possuem populações tradicionais no País.

Camila Lima, voluntária da reserva e geógrafa, afirmou que trabalhar no levantamento das famílias beneficiárias da Resex Mestre Lucindo foi muito importante para seu crescimento profissional e pessoal. “O levantamento socioeconômico dá visibilidade às famílias tradicionais, pescadores, curralistas e marisqueiras, que têm orgulho em mostrar os apetrechos de trabalho, falar sobre eles e contar o que acontece nos rios e mangues. Isso faz com que os voluntários se sintam privilegiados em estar ali frente a frente com eles, ouvindo um pouco do seu dia a dia”, declarou.



Grupo visitou cerca de 32 comunidades

Portaria institui Núcleo de Conciliação Ambiental

Portaria conjunta publicada nesta semana institui o Núcleo de Conciliação Ambiental (Nucam) no âmbito do ICMBio e Ibama. O objetivo do governo federal é estimular a conciliação para questões envolvendo infrações, multas e processos decorrentes de autuações ambientais, dando agilidade e eficácia aos instrumentos de gestão, monitoramento e avaliação dos autos de infração.

As competências do núcleo já haviam sido publicadas no Decreto nº 9.760, assinado em abril. De acordo com o decreto, caberá ao Nucam fazer análises preliminares que podem anular ou convalidar autos de infração, bem como decidir sobre a manutenção, o cancelamento ou a conversão de multas administrativas aplicadas.

Também caberá ao Núcleo de Conciliação Ambiental realizar audiências de conciliação visando “apresentar as soluções legais possíveis para encerrar o processo, como desconto para pagamento, parcelamento e conversão da multa em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente”. O decreto prevê, ainda, a possibilidade de a multa ser convertida em prestação de serviço, por adesão a projeto previamente selecionado por órgãos ou entidades da administração pública federal. Há a possibilidade de descontos de até 60% dos valores da multa.

ESTADOS

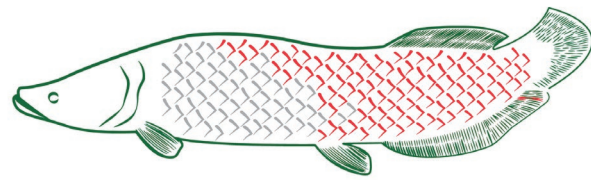
Pela portaria, o Nucam terá unidades nas capitais de todos estados, no Distrito Federal e no município de Santarém (PA). Do ponto de vista funcional, os núcleos serão divididos em duas equipes: uma de análise preliminar (EAP), que fará a avaliação inicial das autuações, e outra de condução de audiências de conciliação (Ecac), que realizará as reuniões.

A quantidade de equipes e de componentes será definida de acordo com a demanda de cada unidade administrativa ambiental. Os integrantes da EAP desempenharão suas atividades de modo presencial ou remoto. Já os integrantes das Ecac atuarão presencialmente ou por meio eletrônico. As equipes poderão ainda trabalhar de forma itinerante quando for necessário.

Os componentes dos Nucam serão designados por portaria conjunta do ministro do Meio Ambiente e dos presidentes das autarquias, sendo possível a indicação de um ou mais servidores para compor simultaneamente os núcleos. No ICMBio, o Nucam estará ligado à Coordenação-geral de Proteção (CGPRO).

A portaria pode ser acessada [aqui](#).

Iniciativa prospecta mercados para o pirarucu manejado



GOSTO DA AMAZÔNIA

SABOR QUE PRESERVA A FLORESTA

O pirarucu oriundo do manejo comunitário em áreas protegidas na Amazônia brasileira está sendo divulgado no Rio Gastronomia, maior evento de gastronomia do Brasil. Sua realização é no Pier Mauá, no Rio de Janeiro, até o dia 18 e de 22 a 25 de agosto. A divulgação faz parte do projeto Gosto da Amazônia, que estará presente com um restaurante especializado em pratos com pirarucu de manejo e uma barraca na feira de produtores, onde serão vendidos produtos da Amazônia extraídos de forma sustentável, além da promoção de duas aulas sobre o tema.

Desenvolvido a partir da necessidade de conquistar novos mercados e um número maior de consumidores, o “Gosto da Amazônia: Sabor que Preserva a Floresta” tem como objetivo contribuir para a melhoria de qualidade de vida das comunidades envolvidas no manejo do pirarucu, em uma estratégia aliada à conservação dos recursos naturais. O projeto propõe o desenvolvimento de uma marca coletiva que represente a parceria entre as instituições responsáveis pelo manejo do pirarucu selvagem na Amazônia, o Instituto Maniva e o Sindicato de Bares e Restaurantes do Rio (SindRio).

Em um primeiro momento da iniciativa, chefs do Rio de Janeiro testaram e aprovaram o produto, promoveram cursos abertos

para a sociedade sobre o preparo do peixe e visitaram a Terra Indígena Paumari, no sul do estado do Amazonas, uma das áreas contempladas no projeto. Depois, a partir da realização do Rio Gastronomia e de outro evento de sensibilização que será promovido no Centro de Abastecimento e Distribuição da Guanabara (Cadeg), espera-se a abertura de oportunidades comerciais para o pescado oriundo do manejo comunitário na região Sudeste.

“Temos um enorme esforço de articulação interinstitucional envolvendo instâncias de governo, instituições parceiras, da sociedade civil e empresários, no qual, a partir do reconhecimento da excelência do trabalho desenvolvido pelas comunidades que manejam o pirarucu nas áreas protegidas, temos conseguido implementar ações que promovem a conservação da espécie e de ambientes naturais, bem como traz resultados econômicos com a possibilidade de acesso a novos mercados e geração de melhores negócios para as famílias extrativistas”, ressaltou João da Mata, coordenador de Produção e Uso Sustentável,

MANEJO DO PIRARUCU

O manejo comunitário do pirarucu é uma prática de uso sustentável e gestão participativa do recurso pesqueiro que garante, a longo prazo, sobrevivência da espécie, soberania alimentar e renda às comunidades envolvidas no processo, configurando-se como um importante caso de conservação da biodiversidade. Com a atividade, o pirarucu voltou a habitar grande parte das várzeas amazônicas e não é mais uma espécie ameaçada de extinção. Como consequência das iniciativas de manejo implementadas, especialmente no estado do Amazonas, os estoques de outras espécies aumentaram, como tambaqui, jacaré-açu, tartaruga, tracajá e peixe-boi, e o estado de conservação dos ecossistemas melhorou.

O fortalecimento da organização comunitária e a manutenção da cultura da pesca ar-

Divulgação



Chefs visitaram a Terra Indígena Paumari, no sul do estado do Amazonas

tesanal, assim como de outros hábitos locais, também são benefícios relacionados à prática do manejo, que transforma os lagos protegidos em verdadeiras “poupanças bancárias” geradoras de uma renda que supre as necessidades das famílias e permite realizar melhorias onde vivem, além dos benefícios promovidos aos diversos atores da cadeia de valor.

De sabor suave e bastante versátil, a carne do pirarucu de manejo é comercializada em cortes nobres, sem espinhas, e o esforço do ICMBio e das outras instituições que compõem o Coletivo do Pirarucu tem sido também de buscar mercados, sejam públicos ou privados, que reconheçam o valor agregado no produto e remunerem de maneira justa as populações tradicionais que manejam a espécie. A Associação dos Produtores Rurais de Carauari (Asproc) é a instituição detentora da marca coletiva “Gosto da Amazônia” junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) e vem trabalhando a comercialização da carne junto a mercados privados e institucionais, como os programas de Aquisição de Alimentos (PAA), Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e de Regionalização da Merenda Escolar no Amazonas (Preme).

A pele do pirarucu selvagem também é um produto de alto valor agregado e grande aceitação nos mercados nacional e internacional. Curtida de maneira sustentável, com utilização de tecnologias limpas e reaproveitamento de efluentes, a pele vira um couro de alta qualidade, usado na fabricação de roupas, acessórios, mantas e tapetes ou no revestimento de móveis. Nesse sentido, testes de qualidade

do produto estão sendo realizados em curtiúmes espalhados pelo País, e uma relação mais consolidada vem sendo oportunizada junto à empresa Nova Kaeru.

Mesmo diante de tantos aspectos positivos da atividade, as comunidades enfrentam grandes desafios para a operacionalização do manejo e acesso a mercados que trazem maior retorno financeiro, como o alto custo de logística das atividades e o baixo preço de venda do produto recebido pelos comunitários, situação verificada em muitos casos frente à concorrência com o pescado ilegal. Isso é ocasionado pela falta de acesso a financiamentos para capital de giro e investimentos, mercado com poucos compradores, vendas pelos comunitários restritas aos atravessadores e baixo acesso às capacitações para produção e gestão da atividade.

O projeto Gosto da Amazônia é fruto da cooperação internacional entre o governo do Brasil e dos Estados Unidos, executada pelo ICMBio e Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS), com recursos da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) e apoio da Agência Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ). Estão envolvidas diversas instituições atuantes na Amazônia brasileira, como Operação Amazônia Nativa (Opan), Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Memorial Chico Mendes, Asproc e Associação dos Comunitários que trabalham com Desenvolvimento Sustentável no Município de Jutai.



Banquete preparado pelos chefs do Rio e pelas cozinheiras Paumari

ODS relacionados



Gestores e parceiros são capacitados para desenvolvimento do Monitora

Acervo Cepam



Alguns dos morfotipos de peixes coletados durante as atividades práticas do curso.

O Monitora (Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade do ICMBio) deu mais um passo importante para fortalecer o papel das unidades de conservação. Gestores e parceiros participaram recentemente do 2º Curso de Capacitação no Componente Aquático Continental: Protocolo Básico de Igarapés, realizado no Parque Nacional Mapinguari (AM).

O evento contou com a participação de 19 alunos, entre gestores de UCs e parceiros. O objetivo foi capacitá-los na aplicação do protocolo básico de igarapés em suas unidades e também para serem futuros multiplicadores. O protocolo alvo da capacitação integra o subprograma aquático do Monitora, em conjunto com os protocolos de automonitoramento da pesca e pesca experimental, todos coordenados pelo Cepam.

Durante o evento de capacitação, os participantes foram instruídos sobre os três alvos globais que compõem o protocolo de igarapés: odonatas (as libélulas), peixes e habitat e seus respectivos indicadores. Além disso, eles puderam conhecer as diretrizes gerais do programa de monitoramento e compreender o arcabouço teórico utilizado para construção do protocolo.

Os alunos puderam aplicar o protocolo na íntegra em dois igarapés, na área do Par- na Mapinguari. “Esse conhecimento prático é fundamental para que os alunos se sintam confiantes em replicar as etapas sequenciais e implementar o protocolo nas suas UCs de origem”, afirmou Carla Polaz, analista ambiental do Cepta e uma das instrutoras do curso.

Hoje, o Subprograma Aquático Continen-

tal, coordenado pelo Cepam em parceria com a Coordenação de Monitoramento da Conservação da Biodiversidade (Comob), Cepta e o Instituto de Pesquisas Ecológicas (Ipê), já conta com mais de 15 unidades de conservação que aplicam algum dos seus protocolos. A perspectiva é de que esse número aumente após o evento de capacitação e mais unidades passem a coletar dados para subsidiar as ações de monitoramento nas UCs.

MONITORA

Instituído pela IN nº 3/2017, o Monitora tem como principal objetivo avaliar, de forma continuada, a efetividade das UCs federais e está dividido em três subprogramas: terrestre, aquático continental e marinho costeiro. As informações obtidas por meio do monitoramento da biodiversidade têm relevância não apenas em escala local, na qual elas podem responder a questões voltadas para o conhecimento da composição de espécies nas UCs ou mesmo sobre a melhor gestão de

uso dos recursos pesqueiros (no caso de Resex e RDS, por exemplo), como também em escala mais global.

Os dados de monitoramento obtidos ao longo dos anos podem servir para indicar a existência de eventos extremos cíclicos ou mesmo identificar padrões temporais em escalas regionais, como biomas ou zonas de interflúvio. Exemplo disso foram os números obtidos para o indicador peixes. Durante as atividades práticas de campo, foram coletados 15 de 22 possíveis morfotipos, que representam aproximadamente 50 espécies de peixes, números expressivos que mostram a riqueza da biodiversidade presente nas UCs federais.

“Outro resultado obtido pelo Monitora é a aproximação entre as comunidades que estão no entorno das unidades de conservação e seus gestores, o que é considerado um dos pilares do programa”, ressaltou Marcelo Raseira, analista ambiental e coordenador do Cepam.



Prática em campo do protocolo de igarapés

ODS relacionados



Exposição traz réplicas do sítio histórico da Flona de Ipanema

Os prédios mais significativos do complexo arquitetônico e industrial da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, que integram hoje o sítio histórico da Floresta Nacional de Ipanema (SP), são replicados em detalhes minuciosos nas maquetes do artista plástico Santiago Ribeiro. Elas compõem a exposição “Há um ponto de luz na imensidão”, em exibição no saguão da Fundação de Desenvolvimento da Cultura de Sorocaba (Fundec).

Com entrada gratuita, a mostra fica em cartaz até dia 19 e depois percorrerá a Biblioteca Aloísio de Almeida, no Campus Cidade Universitária da Universidade de Sorocaba (20 de agosto a 3 de setembro), Biblioteca Municipal de Sorocaba (4 a 20 de setembro) e Biblioteca Infantil Municipal (23 de setembro a 7 de outubro). A vernissage contou com palestra dos historiadores José Rubens Incao e Ubaldino Dantas Machado.

Inédita, a mostra é realizada com fomento da Lei de Incentivo à Cultura de Sorocaba (Linc) e reúne reproduções fiéis dos imóveis mais emblemáticos do sítio histórico de Iperó, marco da primeira indústria siderúrgica do Brasil, fundada em 1810 por D. João VI. Ao final da temporada, as maquetes serão doadas para um museu.

Apesar do alto grau de realismo e fidelidade com as edificações originais, Ribeiro considera as maquetes, inteiramente feitas à mão, “esculturas”, suporte de criação da arte contemporânea que, além de encantar os observadores por sua beleza estética, ajuda a destacar a importância histórica daquele complexo. “É um gatilho da história e da memória, pois deixa o visitante mais íntimo da própria história; uma sementinha para a pessoa sair e pesquisar mais sobre o assunto e até a visitar a Fazenda Ipanema”, comenta.

Confeccionadas com materiais diversos, como papelão, isopor, cortiça, argamassa e papel, cinco maquetes compõem a exposição, sendo que a maior delas, com 1,20 metro de largura, é a reprodução do atual Centro de Memória de Ipanema, imóvel construído em 1811 para servir de administração e residência do diretor da fábrica e que, em 1941, ganhou um sobrado anexo para hospedar Dom Pedro II em sua primeira visita à Ipanema ocorrida somente seis anos depois.

Outra maquete que chama a atenção pela complexidade da construção, com paredes de pedras, portas e janelas imensas e um madeiramento de sustentação do telhado, é a Casa das Armas Brancas, ícone do sítio histórico, projetada e construída em alvenaria de pedra e cal partir de 1879 e inaugurada por Dom Pedro II em 1886.

Uma das três cruzeiras produzidas em 1818, para comemorar a primeira corrida de ferro dos Altos Fornos Geminados, também é representada na exposição. Confeccionada em madeira, a peça ganhou tinta especial que dá aspecto de ferro incandescente, recém-saído do processo de fundição.

A exposição traz ainda o Cemitério Protestante, construído em 1811 por suecos e ingleses, luteranos e anglicanos, com autorização expressa em Carta Régia de D. João VI; a Casa da Guarda, imóvel construído originalmente para ser depósito de minérios e que depois foi transformado em prisão; e Os Altos Fornos de Mursa e Varnhagen.

A coleção é uma continuidade da pesquisa sobre maquete iniciada por Santiago há mais de dez anos e radicalizada na exposição “Cenário da memória — um retrato da arte em maquetes”, contemplado pela Linc em 2016,

que resgatou casarões históricos de Sorocaba e foi vista por mais de duas mil pessoas.

Para reproduzir com fidelidade os prédios do histórico complexo industrial, Santiago realizou visitas técnicas para registros fotográficos e medições. O cuidadoso processo de confecção das obras teve a contribuição do artista assistente Edneu Abud e foi enriquecido por relatos dos historiadores José Rubens Incao e Ubaldino Dantas Machado e da leitura dos livros “Retratos de Ipanema: fatos históricos e imagens do Araçoiaba e Ipanema” e “Histórias Ilustradas de Ypanema e do Araçoyaba”, ambos do pesquisador Gilson Sanches.

Desta vez, o alto grau de realismo das maquetes se contrasta com uma série de 11 quadros, com técnica de colagens de papel, que

abordam o lado lúdico daquela região, baseado no folclore que circunda a Fazenda Ipanema, como “O lobisomem”, “O monge” e “O meteoro”. “É a primeira vez que duas linguagens diferentes que desenvolvem se encontram em uma exposição”, comenta o artista.

As colagens também prestam homenagem à flora e à fauna da atual Floresta Nacional de Ipanema, nas obras “O lobo-guará”, “O primata”, “A espiã” (coruja), “A revoadinha” — pesquisadores estimam que naquela área existem mais de 350 espécies de aves —, e “Pequeno grande reino encantado”, que retrata a vegetação de musgos, cogumelos e plantas rasteiras que, apesar de menos vistosas, são fundamentais para o equilíbrio do ecossistema da floresta.



Maquetes são ricas em detalhes e foram feitas com base numa vasta pesquisa histórica do artista

UC dos Campos de Palmas sinaliza trilha de longo curso

A equipe do Núcleo de Gestão Integrada do ICMBio Palmas (NGI Palmas) implementou a sinalização da trilha interpretativa do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas, no Paraná. Destinada à visita de grupos escolares, a Trilha Interpretativa Campos de Palmas tem aproximadamente 2 km de extensão.

O percurso está localizado em uma propriedade particular, cujos proprietários apoiam atividades educativas no local. Os temas abordados durante a caminhada são relacionados à biodiversidade e atributos culturais da região.

Sua sinalização seguiu os métodos definidos pelo Manual de Sinalização de Trilhas, divulgado pelo ICMBio em 2018. A publicação usa como padrão uma pegada amarela sobre a seta preta, neste caso, desenvolvida considerando as características locais, utilizando uma imagem que faz referência à uma araucária e um pinhão. O mesmo modelo será usado nas outras duas unidades de conservação integrantes do NGI: Estação Ecológica da Mata Preta e Parque Nacional das Araucárias, que já possui quatro trilhas sinalizadas.

A sinalização do percurso da trilha interpretativa contribuirá, além do seu próprio desenvolvimento, com a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade (RedeTrilhas), instituída pela Portaria conjunta nº 407/2018 dos ministérios do Meio Ambiente e do Turismo. Ela é composta por trajetos reconhecidos pela sua relevância nacional para a conectividade de paisagens e ecossistemas, a recreação em contato com a natureza e o turismo.

Um dos trechos previstos inclui o RVS como área núcleo, além do Parna das Araucárias e da Esec Mata Preta. Este trecho denomina-se Caminhos de Peabiru, em homenagem ao caminho histórico dos índios Guarani, que ligava o Atlântico aos Andes, passava pela região e perfazia cerca de 1.000 quilômetros de extensão.



Sinalização seguiu métodos definidos pelo Manual de Sinalização de Trilhas, publicado pelo ICMBio em 2018

Curta

ICMBio realiza recrutamento para NGI Juazeiro

Estão abertas até 27 de agosto as inscrições para participação no recrutamento para remoção para o Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Juazeiro, na Bahia. Serão selecionados dois servidores ocupantes do cargo de analista ou técnico ambiental, que serão removidos na modalidade de ofício, no interesse da

administração. Os servidores deverão permanecer no NGI por dois anos e posteriormente poderão retornar à unidade de origem, solicitar remoção para outra unidade organizacional ou permanecer lotado no local. Todas as informações estão disponíveis em edital, que pode ser acessado [aqui](#).

ICMBio e Ibama impedem construção de estrada e garimpo

O Instituto Chico Mendes e o Ibama realizaram em julho a Operação Deus Pã, que impediu a construção de uma estrada e o acesso a um garimpo no Parque Nacional da Serra do Pardo (PA). A unidade de conservação faz parte do Núcleo de Gestão Integrada Terra do Meio, que também reúne a Estação Ecológica da Terra do Meio e as reservas extrativistas Rio Iriri, Rio Xingu e Riozinho do Anfrísio. A ação resultou na lavratura de quatro autos de infração, no valor total de R\$ 91 mil e na apreensão de um caminhão, antena parabólica, motosserras e cinco tanques de 1.000 litros, entre outros itens. Também foram apreendidas armas e caças com os infratores. O Parna da Serra do Pardo é uma das UCs componentes da Operação Integração, que até o fim de julho contabilizou mais de R\$ 73 milhões em

137 autos de infração aplicados. São 404 dias de campo, com 107 agentes de fiscalização do ICMBio, 309 policiais militares e 35 agentes de outras instituições envolvidos nas 23 operações de fiscalização realizadas.



Operação de fiscalização resultou na apreensão de motosserras e um caminhão

Parna dos Campos Amazônicos implanta protocolos de monitoramento



Duas expedições realizadas no Parque Nacional dos Campos Amazônicos tiveram a missão de implantar os protocolos terrestres e aquático continental na unidade de conservação (UC). Os trabalhos foram desenvolvidos em julho e contaram com o apoio do Programa Arpa. Nas três estações amostrais implementadas, foram feitas coletas de dados de plantas lenhosas, totalizando 732 árvores plaqueteadas e com dados de altura e diâmetro coletados. Para implantação do protocolo aquático, foram utilizados cinco igarapés mapeados pelo Cepam em 2017 e mais um igarapé mapeado pela gestão da UC. Os 2.208 espécimes peixes coletados, classificados em 17 morfotipos, durante esta cam-

panha, foram enviados para a Universidade Federal de Rondônia (Unir) para correto tombamento dos espécimes e possibilidade de desenvolvimento de futuras pesquisas pela instituição e pesquisadores parceiros. Para Ueslei Pedro, chefe substituto e ponto focal do monitoramento da unidade, "o programa traz a oportunidade de inserir mais atores sociais dentro da dinâmica de gestão da unidade de conservação, seja por meio de contratos de autônomo ou por meio de ações de voluntariado". Para as unidades amostrais de mamíferos e aves, uma nova expedição está marcada para ocorrer na segunda quinzena de setembro. O monitoramento de borboletas frugívoras está previsto para 2020.

Dibio quer saber a sua opinião!

A Dibio está realizando até 30 de agosto uma pesquisa para avaliar a percepção dos servidores de unidades de conservação sobre os serviços prestados pelos centros nacionais de pesquisa e conservação. Os resultados po-

derão implicar na formulação de estratégias para maximizar o atendimento dos centros às UCs e na melhoria da comunicação dos serviços já prestados. A pesquisa pode ser respondida [aqui](#).

Ministro do Meio Ambiente visita o ICMBio

O presidente e os diretores do ICMBio receberam, nesta quarta-feira (14), o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, para uma reunião técnica em que foram apresentados dados da gestão nestes primeiros 100 dias de administração sob a presidência de Homero de George Cerqueira. Na oportunidade, foram detalhadas as principais ações visando a melhoria contínua na qualidade dos serviços no

Instituto Chico Mendes. Destacam-se ainda ações na temática de governança administrativa, como a proposta de economia de aproximadamente 40 milhões de reais, o licenciamento ambiental, a regularização territorial, a mediação de conflitos, os planos de manejo em unidades de conservação e o planejamento para os próximos períodos.



Ministro Ricardo Salles e equipe gestora do ICMBio

Rebio Guaribas (PB)





ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Ivanna Brito

Projeto Gráfico

Bruno Bimbato

Narayananne Miranda

Diagramação

Celise Duarte

Chefe substituto da Divisão de Comunicação

Bruno Bimbato

Foto da Capa

Acervo ICMBio

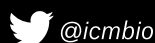
Colaboradoraram nesta edição

Ascom MMA; Carla Polaz – Cepta; Danilo Frederico e Silva – Cofis; Danyhelton Dantas – Cepam; Fábio de Almeida Abreu – NGI Palmas; João da Mata – Coprod; Jornal Cruzeiro do Sul; Marcelo Raseira – Cepam; Marina Bulat – Gabin; Paulo Faiad – Resex Marinha Mestre Lucindo; Ueslei Pedro Leal de Araujo – Parna dos Campos Amazônicos.

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 comunicacao@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



facebook.com/icmbio



youtube.com/canalicmbio



[@icmbio](https://instagram.com/icmbio)



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL